

PARECER JURÍDICO Nº 193/2017

ASSUNTO: Acréscimo quantitativo – Ordem de Compra de Materiais nº 4854 - Cadeiras giratórias.

Ao analisarmos a proposta de aditamento em destaque, verificamos tratar-se de alteração da Ordem de Compra de Materiais nº 4854, expedida na data de 24/08/2017, com vigência de 30 (trinta) dias, celebrada com a empresa CWR Comercial Ltda. – ME, visando o fornecimento de cadeiras giratórias (modelo digitador com apoio de braços regulável).

02. Conforme solicitação da Divisão Comercial, através do Memorando Interno, datado de 08/09/2017, requer o acréscimo quantitativo, na ordem de 20 % (vinte por cento) do valor inicial da ordem de compra, representado em R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais), de uma unidade de cadeira tipo digitador, visando à substituição de bem, tendo em vista a quebra superveniente ao lançamento do citado certame licitatório.

03. A alteração do objeto da avença original está amparada pelo comando do art. 65, inciso I, alínea “b” c/c § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I – unilateralmente pela Administração: (...)

b) quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; (...)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

04. Nota-se que a pretendida alteração está dentro do limite permitido pela lei de licitações.





05. Diante do pretendido acréscimo quantitativo, necessário se faz alterar o valor global da citada Ordem de Compra de Materiais nº 4854, a qual passará de R\$ 2.050,00 para **R\$ 2.460,00 (dois mil, quatrocentos e sessenta reais).**

06. Cabe salientar, que não foi objeto desta análise os critérios de conveniência e oportunidade, técnicos e comerciais, bem como de análise de risco inerente à operação, restringindo-se a questões de ordem jurídica, uma vez observada a responsabilidade funcional da área gestora do instrumento contratual ora em referência.

07. Registre-se que as demais condições do ajuste permanecem inalteradas.

08. Verifica-se dos autos a indicação da disponibilidade de recursos para a referida despesa, conforme despacho do Sr. Pedro Luiz Durigan, Diretor Econômico Financeiro, bem como as certidões de regularidade fiscal da contratada.

09. Logo, como o citado termo aditivo foi elaborado em consonância com a legislação em vigor, não vislumbramos qualquer óbice legal que inviabilize a celebração do presente termo aditivo.

10. Face ao exposto e em observância aos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, encaminhamos as 02 (duas) vias do presente Termo devidamente chanceladas para as providências da área responsável.

S.M.J.

É o parecer.

Campo Largo, 22 de setembro de 2017.


Otavio Dias Pereira Junior
OAB/PR n.º 28.139

DE ACORDO COM O PARECER
JURÍDICO DE 19/9/2017, HOMOLOGO
O PRESENTE TERMO ADITIVO
CLARO 22/09/2017

CIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL


NELSON CHAGAS
DIRETOR ADMINISTRATIVO